DELIBERAÇÃO AC00 - 752/2017

PROCESSO TC/MS	**:** TC/16133/2013/001
PROTOCOLO	**:** 1647048
TIPO DE PROCESSO	**:** RECURSO ORDINÁRIO
REQUERENTE	**:** JOSÉ ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE
INTERESSADO	**:** JULIO BALBINO DOS SANTOS
RELATOR	**:** CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA – NÃO REGISTRO – EXCEPCIONALIDADE – INTERESSE PÚBLICO – SEM DEMONSTRAÇÃO – IRREGULARIDADE – REMESSA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTOS – MULTA – RAZÕES RECURSAIS – EQUÍVOCO NO SETOR RESPONSÁVEL – AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ – SEM PREJUÍZO AO ERÁRIO – MÉRITO – NÃO ATENDIMENTO DE PRAZO REGIMENTAL – RECURSO IMPROVIDO.

As alegações recursais desprovidas de fundamentos quanto à necessidade temporária de excepcional interesse público na contratação levam ao não provimento do recurso, vez que são incapazes de alterar as razões da decisão recorrida. As justificativas de problemas no setor responsável e de que não houve prejuízo ao erário são insuficientes para afastar a multa aplicada na decisão recorrida.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 17ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 2 de agosto de 2017, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, em conhecer o Recurso Ordinário interposto por José Roberto Felippe Arcoverde e negar-lhe provimento, mantendo os termos da Decisão Singular n. DSG-G.JD-4844/2015.

Campo Grade, 2 de agosto de 2017.

Conselheira **MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO** – Relatora

RELATÓRIO

A Exma. Sra. Conselheira Marisa Joaquina Monteiro Serrano – Relatora

Referem-se os autos à Contratação Temporária pela Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS, representada pelo então Prefeito Municipal Sr. José Roberto Felippe Arcoverde e o Sr. Julio Balbino dos Santos para o cargo de Zelador.

Neste momento aprecia-se o RECURSO ORDINÁRIO interposto pelo Senhor José Roberto Felippe Arcoverde – Prefeito Municipal de Iguatemi/MS.

Opõe-se o recorrente em desfavor da Decisão Singular DSG-G.JD-4844/2015, proferida por esta Corte de Contas conforme abaixo:

> "Pelo NÃO REGISTRO da contratação temporária do servidor Julio Balbino dos Santos - CPF 164.035.331-34, pelo Município de Iguatemi, nos termos do artigo 21, inciso III c/c o artigo 34, inciso I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 e do artigo 174, § 3º, inciso II, alínea "b", da Resolução Normativa nº 76/2013, devido ao não enquadramento da contratação nos casos previstos na Lei Municipal, contrariando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 37, inciso IX;

Pela aplicação da MULTA ao responsável, Sr. José Roberto Felippe Arcoverde – CPF 698.465.889-68, Ex-Prefeito Municipal, nos seguintes valores:

> a) 50 (cinquenta) UFERMS, nos termos do artigo 44, inciso I e artigo 45, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 170, da Resolução Normativa nº 076/2013, devido ao não enquadramento da contratação nos casos previstos na Lei Municipal, contrariando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 37, inciso IX;
> b) 30 (trinta) UFERMS, de acordo com o artigo 46 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 170, §1º, inciso I, letra "a" da Resolução Normativa nº 76/2013, pela remessa intempestiva de documentos para esta Egrégia Corte de Contas, consoante dispõe o anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.5, letra "a" da Instrução Normativa nº 38/2012;" (grifo nosso)

Inconformado, o Recorrente apresentou o Recurso Ordinário para buscar a reapreciação da decisão prolatada e no mérito a sua reparação, conforme peça 1 deste processo.

Sustenta o recorrente que não havia funcionário concursado para exercer as atividades pertinentes ao cargo de zelador e que a contratação teve fundamento no art. 2º, inciso IX da Lei Municipal 1.384/2007.

Alegou ainda que não houve prejuízo ao erário, nem figurou a intenção de burlar as regras legais. Aduziu, quanto à intempestividade, um equívoco dos servidores do setor de licitação, responsáveis pela remessa dos documentos e que a multa tem sido aplicada quando caracterizada a má-fé.

Ato contínuo, o processo foi remetido a Inspetoria competente para a manifestação sobre as razões recursais e documentos apresentados nesta fase, e, posteriormente, emitir parecer conclusivo.

Ao reapreciar a documentação acostada, a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal verificou que a Lei Complementar Municipal n. 1.384/2007 que daria fundamento à contratação, não menciona a possibilidade de contratação de Zelador.

O art. 37, IX da Constituição Federal, dispõe que a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

E na hipótese dos autos é uma situação corriqueira para a Administração Pública, pois a contratação para a função em análise sempre será necessária e essencial para o bom funcionamento do órgão. Ou seja, o exercício da atividade enquadra-se como de necessidade permanente, e não como temporária.

Constatou ainda, que pela justificativa do ato, a autoridade administrativa informa que a função de zelador é genérica, que não se amolda ao texto da lei autorizativa.

Diante disso as considerações apresentadas pela Autoridade Responsável, relativas a presente contratação, não atendem as normas regimentais e legais pertinentes à matéria, também não desfazem a ausência de característica emergencial e excepcional, logo, aviou a Análise ANA–ICEAP-16344/2016 de peça 6, onde opinou por conhecer do recurso e no mérito negar-lhe provimento.

O Representante do Ministério Público de Contas ponderou que preliminarmente o recurso deve ser conhecido por preencher os requisitos de admissibilidade constantes no Regimento Interno desta Corte de Contas, no entanto consoante os argumentos alinhavados pelo corpo técnico são suficientes para demonstrar o não provimento do recurso interposto, pois as razões recursais não elidem as irregularidades que fundamentaram a deliberação recorrida, logo, aviou o Parecer PAR-MPC – GAB.1 DR.JAC/PROCURADOR GERAL-18340/2016 de peça 7, onde manifestou-se no sentido de conhecer o recurso e negar provimento.

Após todo o processado, estes autos vieram a está Relatora para decisão.

É o relatório.

VOTO

A Exma. Sra. Conselheira Marisa Joaquina Monteiro Serrano – Relatora

Verifico, por meio da documentação acostada, que trata de RECURSO ORDINÁRIO, interposto pelo Prefeito Municipal de Iguatemi/MS, Sr. José Roberto

Felippe Arcoverde que, inconformado com a Decisão Singular DSG-G.JD-

4844/2015 proferida por este Tribunal de Contas, busca sua reforma.

O que se apresenta, neste caso, é que o recurso foi submetido ao exame da Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal e do representante do Ministério Público de Contas que de forma *unânime entenderam* pelo Não Provimento, mantendo inalterados os comandos da Decisão ora recorrida.

Cumpre reconhecer ainda, que o presente recurso preenche os requisitos legais e regimentais para sua admissibilidade e consequente conhecimento.

Todavia, quanto ao MÉRITO, sigo os entendimentos dos órgãos de apoio, uma vez que, que o Município tem de forma permanente o dever de promover as condições necessárias viabilizando as demandas necessárias da sociedade, e, para tanto, tem o compromisso de possuir em seu quadro permanente, servidores que desempenhe a função em epígrafe.

Além do mais, não se caracterizou a necessidade temporária nem a excepcionalidade, destacando que a Constituição Federal/88 admite contratação temporária desde que estejam os casos estabelecidos em lei, como dispõe o inciso IX do artigo 37, vejamos:

> X- a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse publico.

Desta forma averiguo que o Município não especificou na lei complementar n. 1.384/2007 as possíveis contratações temporárias nos moldes do artigo supracitado, de forma que não se pode interpretar de forma genérica o cargo de zelador como faz crer o Responsável.

Há de se observar que esta Corte de Contas já possui normatizados os possíveis casos para Contratação Temporária, seja ela emergencial ou de excepcional interesse público, situações voltadas especificamente para a área de Educação e Saúde Pública, desde que sejam efetivamente reconhecidas como abrangidas pelos arts. 196 e 205 da Carta Magna.

Diante disso, a função de zelador deve ser desempenhada por servidores que compõem o quadro permanente da Administração principalmente por não se enquadrar como situações específicas (fins) da área de Educação e Saúde Pública.

Ademais, quanto à multa aplicada, entendo que esta foi aplicada com fulcro no art. 45, inciso I da Lei Complementar n. 160/2012 c/c art. 170, inciso I do Regimento Interno TC/MS, sendo assim a multa está correta.

O Responsável deve primar pelo interesse público em seus atos, agindo com consciência, prudência, prevenção e perícia. Além de ser o responsável administrativo pelas remessas de documentos ao Tribunal de Contas para a apreciação de ato de pessoal sujeito à registro conforme dispõe o art. 23 da Lei Complementar n. 16/2012 e IN n. 35/2011 do TC/MS.

Assim, resta incontroverso e evidente que o encaminhamento dos documentos a esta e. Corte ocorreu intempestivamente, razão pela qual a multa aplicada encontra supedâneo no artigo 46 da Lei Complementar n. 160/2012, cujos critérios são apreciados pelo julgador, conforme o caso concreto.

DISPOSITIVO

E, pelo todo exposto, formulo o meu VOTO:

1– pelo conhecimento do presente Recurso Ordinário por obedecer aos ditames legais e regimentais;

2– no mérito, o NÃO PROVIMENTO do Recurso formulado pelo Prefeito Municipal de Iguatemi/MS, Sr. José Roberto Felippe Arcoverde, devendo manter inalterada a Decisão Singular DSG-G.JD-4844/2015, nos termos em que foi posta;

3– pela comunicação do resultado deste julgamento aos interessados, com base no artigo 50 da Lei Complementar n. 160/2012.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto da Relatora em conhecer e negar provimento ao Recurso Ordinário interposto por José Roberto Felippe Arcoverde, mantendo inalterada a Decisão Singular n. DSG-G.JD-4844/2015.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Waldir Neves Barbosa.

Relatora, a Exma. Sra. Conselheira Marisa Joaquina Monteiro Serrano.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros José Ricardo Pereira Cabral, Iran Coelho das Neves, Ronaldo Chadid e Jerson Domingos.

Presente o Exmo. Sr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior, Procurador Geral de Contas.

Campo Grande, 2 de agosto de 2017.

Conselheira **MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO**

Relatora

GAB FER
SETAC APC/HON